



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE **PROJETO DE LEI Nº 1.545/2024, ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 6.545, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RELATÓRIO

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do “**PROJETO DE LEI Nº 1.545/2024**”, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

Prima facie, certificou a Comissão de Administração Pública que o Projeto de Lei 1.545/20224, ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 6.545, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, versa sobre objeto que demanda parecer e votos exarados pela CAP, a teor do art. 70, VII, da Resolução 1172, de 04 de dezembro de 2012<sup>1</sup>.

Lado outro, restou evidenciado que o projeto legislativo objetiva conferir a prerrogativa de ação para Administração Pública municipal, vinculando-a a lei legitimamente votada e sancionada pelo Poder Legislativo Municipal, nos termos dos arts. 37 da Constituição da República e art. 13 da Constituição de Minas Gerais<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Art. 70. Compete à Comissão de Administração Pública, analisar as proposições que versem sobre Transporte, Obras, Agricultura, Indústria e Comércio, Plano Diretor e Serviços Públicos, dentre outras:

I - exarar parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e a execução de serviços pelo Município, suas autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos no âmbito municipal; II - criação, estruturação e atribuições da administração direta e indireta e das empresas nas quais o Município tenha participação;

III - normas complementares de licitação, em todas as suas modalidades, e contratação de produtos, obras e serviços da administração direta e indireta;

IV - economia urbana e rural, desenvolvimento técnico e científico aplicado ao comércio e à indústria;

V - turismo;

VI - exarar parecer sobre matéria que diga respeito aos planos de desenvolvimento urbano, controle e uso do solo urbano, parcelamento do solo, edificações, política habitacional e transporte coletivo e individual; VII - exarar parecer nos projetos que digam respeito à denominação logradouros públicos; VIII - exarar parecer nas matérias relacionadas à área de agricultura, pecuária, piscicultura;

IX - exarar parecer sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral.

<sup>2</sup>Art. 13. A atividade de administração pública dos Poderes do Estado e a de entidade descentralizada se sujeitarão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade (CEMG).



**Art. 1º** A Lei Municipal nº 6.545, de 22 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 3º.** § 1º. A construção e expansão da unidade fabril e do centro de distribuição deverão estar em funcionamento até 24 de janeiro de 2027. § 2º. (..) I — Fazer investimentos de R\$ 10.470.180,30 em máquinas, equipamentos e obras civis; II — Gerar, no mínimo, 70 empregos diretos e 30 indiretos até 2026; III — Atingir faturamento de R\$ 50.000.000,00 até 2026. (NR)

A empresa RAMUTH E RAMUTH LTDA, operando em Pouso Alegre/MG há cerca de 30 anos, recebeu a autorização para a doação de imóvel pela Lei nº 6.545, de 22 de dezembro de 2021, com obrigações específicas a cumprir. Um erro material na legislação deu apenas 09 dias para a construção da planta fabril e do centro de distribuição. Além disso, o terreno doado tinha apenas 4.005,58 m² de área útil, insuficiente para as operações. Uma permuta de terrenos, conforme a Lei Autorizativa 6.919/2024, proporcionou uma área útil de 4.703,56 m².

A proposta visa corrigir o prazo para a construção, baseando-se na Lei Municipal nº 4.351, de 13 de julho de 2005. A medida é de interesse do município, pois aumentará a arrecadação tributária e manterá a empresa na cidade, contribuindo para a diversificação do parque industrial e a formação de trabalhadores qualificados. Não representa risco à municipalidade, mantendo a cláusula de reversão em caso de descumprimento e sem ônus adicional, visto que o Protocolo de Intenções foi assinado em 2022.

Diante do exposto, segue a conclusão deste parecer cujos termos estão devidamente apresentados.

**CONCLUSÃO DA RELATORIA**

O Relator da Comissão Permanente de Administração Pública, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO AO PROJETO DE LEI 1.545/2024.**

Pouso Alegre, 30 de julho de 2024.

  
**Vereador Miguel Jr. Tomatinho**

**Relator**

IGOR PRADO  
TAVARES:09  
542853602  
Assinado de forma digital  
por IGOR PRADO  
TAVARES:09542853602  
Dados: 2024.07.30  
15:10:28 -03'00'

**Vereador Igor Tavares**

**Presidente**

ODAIR PEREIRA  
DE  
SOUZA:00277158  
680  
Assinado de forma digital  
por ODAIR PEREIRA DE  
SOUZA:00277158680  
Dados: 2024.07.30  
16:24:43 -03'00'

**Vereador Odair Quincote**

**Secretário**